



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Outras conversas complicam Paulo Henrique Costa

Além de Paulo Henrique Costa, outro ex-dirigente do BRB aparece em conversas consideradas comprometedoras pela Polícia Federal. Trata-se do ex-diretor de Finanças e da Controladoria do BRB Dário Oswaldo Garcia Júnior. Segundo o relatório que consta da decisão do ministro André Mendonça, do STF, sobre a prisão preventiva, os diálogos obtidos a partir dos dados extraídos dos aparelhos telefônicos dos investigados, indicariam que, desde o início das operações com o Master, já se conheciam inconsistências relevantes nas carteiras ofertadas. Apesar disso, as aquisições teriam sido aceleradas, com sucessivas flexibilizações procedimentais



Ed Alves/CB/D.A. Press

e pressão para liquidação rápida, em “aparente desprezo aos controles prudenciais”. Dário foi afastado do cargo e alvo da Operação Compliance Zero da Polícia Federal, em novembro de 2025.

Divisão

A reação da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) ao anúncio de candidatura ao Palácio do Buriti pelo senador Izalci Lucas (PL-DF) mostra que o partido está fechado com a governadora Celina Leão (PP). Mas a legenda vai dividida para a eleição.



Instagram

Sanção adiada

Ficou para a próxima quarta-feira a solenidade de sanção do projeto de lei nº 99/26, que trata da previdência da Polícia Civil do DF. O ato estava previsto para ontem durante evento da PCDF em que o ex-secretário de Segurança Sandro Avelar e o presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz (MDB), foram homenageados pela categoria. Mas Celina teve um congestionamento na agenda e o ex-chefe da Casa Civil Gustavo Rocha deu o recado sobre a nova data da sanção.

Divulgação



Diagnóstico para a bancada federal

A governadora Celina Leão (PP) reuniu secretários e parlamentares da bancada do Distrito Federal para discutir a situação financeira do governo. Estavam presentes a senadora Damares Alves (Republicanos-DF), a deputada Bia Kicis (PL-DF), o deputado Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF) e o deputado Rafael Prudente (MDB-DF).

Câmara dos Deputados celebra 66 anos de Brasília e homenageia Anna Christina Kubitschek

Em sessão solene na Câmara dos Deputados, realizada em comemoração aos 66 anos de Brasília, houve uma homenagem especial à presidente do Memorial JK, Anna Christina Kubitschek, reconhecida por seu trabalho na preservação do legado histórico da cidade e do ex-presidente Juscelino Kubitschek, de quem é neta. A iniciativa, proposta pelos deputados federais Bia Kicis (PL-DF) e Júlio César Ribeiro (Republicanos-DF), reuniu parlamentares e autoridades.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Guardiã da história

Ao receber a homenagem, Anna Christina Kubitschek destacou que preservar a memória vai além de recordar o passado, sendo essencial para manter vivos valores como espírito público, coragem e compromisso com o país. À frente do Memorial JK, Anna Christina tem conduzido um trabalho contínuo de preservação histórica e educação. A instituição atende diariamente centenas de crianças de escolas públicas do Distrito Federal e do Entorno, contribuindo para aproximar as novas gerações da história da capital e de seu idealizador. “Assumo, portanto, não apenas como herança, mas como compromisso, o papel de guardiã ativa dessa história, para mantê-la viva, presente e conectada com o futuro. Que esta data nos inspire a olhar adiante com responsabilidade e coragem. Que possamos honrar Brasília não apenas celebrando o que ela foi, mas cuidando do que ela ainda precisa ser. E o futuro de Brasília depende, todos os dias, de cada um de nós”, declarou.



Divulgação

Ferida aberta

Os 10 anos do impeachment da presidente Dilma Rousseff, completados ontem, não passaram despercebidos pelo líder do PT na Câmara Legislativa, Chico Vigilante: “É a ferida ainda sangra”, registrou nas redes sociais.



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



ED ALVES/CB/D.A. Press

Primeiras mulheres abrem caminhos

A senadora Leila Barros (PDT-DF) parabenizou a iniciativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) de transferir para 1ª Vara da Infância e Juventude do DF a juíza Rejane Jungbluth Suxberger. Ela será a primeira mulher, em quase 60 anos de história, a exercer a função. “Um momento histórico que fortalece a presença feminina no Judiciário e abre caminho para mais diversidade nos espaços de decisão”, ressaltou a senadora que também abriu frentes. Foi a primeira mulher eleita para um mandato no Senado.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

JULGAMENTO EM PLANALTINA

Contagem regressiva para réus da chacina

Os jurados iniciam, hoje, a votação de mais de 500 quesitos determinantes para a condenação ou absolvição dos cinco homens que respondem pelas mortes de 10 pessoas de uma família

» DARCIANNE DIOGO

A contagem regressiva para o resultado da sentença contra os cinco réus acusados de matar 10 pessoas da mesma família começou. A partir das 9h de hoje, os sete jurados do Conselho de Sentença iniciam a votação de mais de 500 quesitos determinantes para a condenação ou absolvição deles.

Devido à extensão das denúncias e ao volume de provas, a expectativa é de que a votação avance pelo fim de semana até que o juiz profira a sentença. Autoridades estimam mais de 12 horas de votação, e que a sentença seja lida na manhã de domingo.

São julgados Gideon Batista, Horácio Carlos, Carlom dos Santos, Carlos Henrique e Fabrício Silva. Eles

são acusados das mortes de Marcos Antônio Lopes de Oliveira (patriarca); da esposa de Marcos, Renata Juliene Belchior; da filha de Marcos e Renata, Gabriela Belchior de Oliveira; do filho deles, Thiago Gabriel Belchior de Oliveira; da esposa de Thiago, Elizamar da Silva; dos filhos de Thiago e Elizamar, Rafael, Rafaela e Gabriel; da ex-companheira de Marcos Cláudia da Rocha Marques; e da filha de Marcos e Cláudia, Ana Beatriz Marques de Oliveira.

À exceção de Horácio, os demais réus apresentaram suas defesas e versões em plenário. Gideon se colocou como vítima e atribuiu a autoria do crime a uma das pessoas mortas. Fabrício e Carlom o apontaram como mentor do plano. Carlos, por sua vez, negou participação nos assassinatos

e afirmou ter sido chamado “apenas para um assalto”. Depois, disse que foi embora.

Ontem, os quatro advogados e uma defensora pública defenderam, em plenário, as sustentações. As defesas se dividiram em três horas e meia nas narrativas. No período da tarde, decidiu-se sobre os quesitos (perguntas objetivas) a serem votados pelos jurados. A votação ocorrerá em sala secreta.

Processo

O juiz presidente é o responsável por formular as perguntas simples sobre fatos do crime. Para respondê-las, os jurados recebem cédulas de “sim” e “não”. De forma secreta, escolhem uma cédula e a depositam em uma urna urna.

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Caso sejam condenados, os cinco réus podem pegar penas que, somadas, chegam a 350 anos de prisão

Pela lei, os jurados não podem comunicar-se sobre o caso entre si, mantendo a “íntima convicção”. A condenação ou absolvição é definida pela maioria dos votos.

Acusação

Os promotores Nathan da Silva, Daniel Bernoulli e Marcelo Leite apresentaram as provas juntadas ao processo e pediram penas máximas aos réus que, somadas, podem chegar a 350 anos. Silva classificou o crime como um “empreendimento das trevas”. Segundo ele, a barbárie foi resultado de uma ação “organizada há meses, friamente calculada e desejada”.

De acordo com o representante do Ministério Público, o crime foi planejado “nos mínimos detalhes”,

com definição prévia de local, recursos, armas, veículos e divisão de tarefas entre os envolvidos. Para ele, o assassinato do patriarca Marcos Antônio marcou o ponto de não retorno da sequência criminosa. “A morte de Marcos já anunciava a morte das demais vítimas”, afirmou.

“Você nunca mais vai sair da cadeia.” A frase, dita diretamente a Gideon, marcou o momento mais contundente da acusação no julgamento. Ao se dirigir ao acusado, Marcelo Leite adotou um discurso direto, ancorado na gravidade do caso e no volume de provas reunidas. A fala veio acompanhada de uma crítica ao comportamento dos acusados em plenário. Leite classificou as versões apresentadas como marcadas por “cinismo” e tentativa de manipulação.

“Há perversidade, mentira e covardia. Não só no crime, mas também nos interrogatórios”, afirmou. Para ele, houve esforço deliberado para inverter a lógica dos fatos, inclusive com tentativas de atribuir responsabilidade às próprias vítimas.

Na mesma linha, o promotor Daniel Bernoulli reforçou a tese de que o crime foi motivado por interesses financeiros. “Essa turma morreu por causa de terra, por causa de R\$ 2 milhões”, declarou. Ele também rechaçou a alegação de disparo acidental na morte inicial. “Não considero acidental. Houve ação consciente”, disse.

Os promotores destacaram o conjunto probatório como um dos mais robustos já apresentados em Tribunal do Júri. “É DNA, digital, confissão. Em 26 anos de júri, nunca vi tanta prova”, disse Leite.